**INTERVENÇÕES EM SAÚDE MENTAL NA PRESTAÇÃO DE CUIDADOS PRIMÁRIOS À SAÚDE**

Jennifer Santos Chaves ¹

Psicologia, Centro Universitário do Norte, Manaus-AM, jenniferchavespsi@gmail.com

Ana Maria Gomes dos Santos ²

Fisioterapeuta, Faculdade Raimundo Marinho, Penedo-AL, anna\_bem\_marinho@hotmail.com

Luisa de Marilak de Sousa Terto ³

Psicóloga, Universidade Católica de Pernambuco, Recife-PE, luisa.marilakterto@gmail.com

Roselis Bastos da Silva ⁴

Pedagoga, Universidade Federal do Pará, Belém-PA, roselisbastos12@gmail.com

Gustavo José Barbosa ⁵

Medicina, Universidade de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto-SP, gustavogjb@uol.com.br

Maria Eduarda Marlene de Farias Paiva ⁶

Medicina, Faculdade Paraíso, Araripina-PE, eduardafariaspaiva@gmail.com

Luiz Antônio da Silva Gomes Vidal ⁷

Medicina, Faculdade Paraíso, Araripina-PE, luiz-pi@hotmail.com

Ana Luize de Morais Reis ⁸

Medicina, Faculdade Paraíso, Araripina-PE, analuize831@gmail.com

May Anne Arraes Costa ⁹

Medicina, Faculdade Paraíso, Araripina-PE, may.anne.a.c@gmail.com

**RESUMO:** Diante de um contexto em que o modelo tradicional centrado no hospital, na figura predominante medica e na ênfase na produção da cura não mais atende de maneira eficaz às demandas emergentes da era moderna, torna-se necessário reconsiderar as estratégias para atender às necessidades de saúde da população. Dessa forma, esse trabalho tem como objetivo identificar intervenções em saúde mental na prestação de cuidados primários à saúde. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, fundamentada nos artigos científicos da MEDLINE, LILACS BDENF, resultando 4 estudos que atendiam o objetivo proposto para compor a revisão. Com base na análise das amostras, pode-se inferir que há uma variedade de práticas de cuidado em saúde mental sendo implementadas. No entanto, observa-se que, embora usuários, profissionais e gestão reconheçam a importância da Atenção Primária à Saúde na oferta de intervenções em saúde mental, este nível de atenção frequentemente não é identificado como um serviço adequado para essa demanda, apresentando dificuldades na promoção efetiva dessas práticas. Essas impedâncias surgem a partir da percepção dos profissionais de que não estão adequadamente preparados para fornecer esse tipo de cuidado, optando por direcionar a demanda predominantemente para serviços especializados. A incorporação dos cuidados em saúde mental à Atenção Primária à Saúde (APS) configura-se como um desafio e representa um processo em andamento que contraria a lógica histórica de segregação da loucura, presente ao longo de séculos. Nesse contexto, propõem-se novas abordagens para conceber e implementar práticas de saúde, visando à consolidação de uma sociedade que valoriza as singularidades e fundamentada nos princípios da cidadania.

**Palavras-Chave:** Atenção Primária à Saúde; Equipe Multidisciplinar; Saúde Mental.

**E-mail do autor principal:** jenniferchavespsi@gmail.com

**1. INTRODUÇÃO**

 No cenário histórico e social atual, novas abordagens de assistência em saúde estão sendo discutidas globalmente. Diante de um contexto em que o modelo tradicional centrado no hospital, na figura predominante medica e na ênfase na produção da cura não mais atende de maneira eficaz às demandas emergentes da era moderna, torna-se necessário reconsiderar as estratégias para atender às necessidades de saúde da população. (PINTO et al., 2012). Essa perspectiva emergente postula a desarticulação da abordagem exclusivamente centrada na patologia, visando abordar o indivíduo em seu sofrimento dentro do contexto comunitário, por meio de intervenções inter-setoriais.

 No contexto da saúde mental, um dos desafios e iniciativas preeminentes da Reforma Psiquiátrica reside na incorporação desses cuidados dentro do escopo da Atenção Primária à Saúde (APS), constituindo como um conjunto de intervenções de natureza individual ou coletiva, de cunho comunitário, com foco na promoção da saúde, prevenção de agravos e tratamento abrangente baseado nas demandas específicas do território (MINOZZO e COSTA, 2013). Dessa maneira, a APS tem se evidenciado como uma ferramenta estratégica no âmbito do cuidado em saúde mental, dado que a Reforma Psiquiátrica preconiza a desospitalização do indivíduo com transtornos psiquiátricos e o estabelecimento de alicerces territoriais para essa forma de cuidado (JORGE, SOUSA e FRANCO, 2013).

 A inclusão da saúde mental na APS foi sendo progressivamente implementada em várias macro regiões, em consonância com as iniciativas de reforço da rede de cuidados primários e os princípios dos movimentos antimanicomiais (MORENO e MORIANA, 2012). Dado que esse procedimento nem sempre é precedido por uma análise sistemática das exigências e ativos da comunidade, juntamente com estratégias de avaliação das abordagens adotadas, torna-se crucial examinar as atividades atualmente empreendidas nesse domínio da atenção, com o intuito de aprimorar o cuidado em saúde mental. Portanto este trabalho tem como objetivo identificar intervenções em saúde mental na prestação de cuidados primários à saúde.

**2. METODOLOGIA**

 Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, com abordagem qualitativa. O levantamento bibliográfico ocorreu no período de novembro de 2023, fundamentada nos artigos científicos selecionados nas seguintes bases de dados: *Medical Literature Analysis and Retrievel System Online* (MEDLINE), *Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde* (LILACS) e Banco de Dados de Enfermagem (BDENF), através do acervo bibliográfico disponível na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS). A busca dos estudos foi conduzida a partir da seguinte pergunta norteadora: "O que versam as evidências cientificas sobre as intervenções em saúde mental na prestação de cuidados primários à saúde?”. Para realização da busca de estudos utilizaram-se os seguintes descritores indexados no DeCS/MeSH: “Saúde Mental” e “Atenção Primária à Saúde”, com auxílio do operador booleano “AND”.

Foram incluídos artigos completos, em inglês, português e espanhol, delimitando-se o período de 2018 a 2023, objetivando abarcar os artigos mais atualizados sobre a temática. Critérios de exclusão são artigos pagos ou duplicados, fora do recorte temporal, artigos de revisão e fora da temática da pesquisa. Conforme a utilização das estratégias de busca, obteve-se 3497 artigos na MEDLINE, 225 estudos na BDENF e 923 amostras na LILACS. Após a aplicação dos critérios de elegibilidade e exclusão, 1673 artigos apresentaram-se desatualizados, 688 artigos apresentaram-se fora do tema, 1579 artigos estavam incompletos, 34 estavam duplicadas, 8 fora do idioma selecionado, resultando 4 estudos que atendiam o objetivo proposto para compor a revisão.

**3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

 Com base nas evidências coletadas por Muricy et al. (2022), as investigações dos autores indicam que a implementação de práticas integrativas e complementares (PICS) na área da saúde pode funcionar como um agente facilitador para o acesso aos cuidados de saúde. Essas práticas levam em consideração as particularidades e preferências individuais, além de demonstrarem efeito terapêutico, posicionando-se como uma estratégia de grande impacto no âmbito da atenção primária para o cuidado em saúde mental.

 Segundo os autores, o modelo de assistência em saúde mental baseado na PICS permite uma compreensão abrangente do *continuum* saúde-doença, com o potencial de oferecer serviços mais adaptáveis e direcionados às necessidades individuais dos usuários que enfrentam dificuldades psicológicas. Nesta abordagem, o cuidado em saúde mental é incorporado de maneira institucional nos serviços de atenção primária à saúde, o que assegura a prestação de cuidados abrangentes, contribuindo também para a expansão e diversificação dos serviços de saúde mental no âmbito da atenção básica (MURICY et al., 2022).

 Conforme as pesquisas de Gusmão et al. (2022), a participação dos profissionais de saúde na Estratégia de Saúde da Família (ESF) pode representar uma contribuição significativa no cuidado prestado às pessoas que enfrentam problemas de saúde mental. Dentre as práticas de cuidado realizadas, são destacadas a consultas, a escuta terapêutica, a elaboração de planos de cuidados individualizados, o processo de acolhimento, a condução de grupos terapêuticos, visitas domiciliares, a colaboração na discussão de casos entre profissionais da APS e especialistas em matriciamento, assim como os encaminhamentos para a rede especializada em saúde mental.

 Os cuidados de saúde prestados ao paciente em seu ambiente social e territorial viabilizam a reintegração social e autonomia, valorizando sua subjetividade, resultando no bem-estar do paciente, essenciais por facilitarem a busca por um cuidado integral e justo nos serviços de saúde. A abordagem interdisciplinar representa um suporte clínico e educativo oferecido por profissionais especializados em saúde mental aos profissionais que atuam na ESF (GUSMÃO et al., 2022).

 Dentro do contexto da saúde infantil, Nunes et al. (2023) destacaram a importância de realizar ações de saúde mental de maneira colaborativa, promovendo a criação de novas formas de atendimento psicossocial para crianças e adolescentes. Estes novos modelos têm sido desenvolvidos por meio de encontros mensais, suporte colaborativo e cooperação com outros serviços. Isso ocorre tanto na análise de casos dos usuários com questões de saúde mental, na criação de planos terapêuticos compartilhados, quanto na busca por uma maior integração entre os serviços visando a melhoria dos fluxos de atendimento mais coletivos.

 Os autores ressaltam a interferência significativa nos processos globais, como os encaminhamentos, devido à sensação de incompetência por parte dos profissionais em lidar com as demandas de saúde mental na APS, além da ausência de atividades específicas em saúde mental direcionada à população jovem, o que limita as ações a intervenções mais pontuais de natureza clínica. Assim, é imprescindível que os profissionais compreendam que os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) não são os únicos locais de cuidado em saúde mental, sendo crucial reconhecer o papel fundamental que a APS desempenha na criação conjunta de abordagens de cuidado, possibilitando, assim, uma ampliação das oportunidades de trabalho em rede (NUNES *et al*., 2023).

 Guimarães *et al*. (2023) identifica múltiplos obstáculos que dificultam a adoção de práticas relacionadas à saúde mental na APS. Esses fatores contribuem para a continuidade de uma abordagem mercantilista, focada na prática clínica individual, o que impede o desenvolvimento de um modelo que promova ações interdisciplinares e intersetoriais, limitando a criação de uma clínica coletiva dentro desse contexto. Os autores indicam que para efetivar alterações no processo de trabalho em saúde, promovendo uma ampliação, é essencial não apenas uma mudança de visão por parte dos profissionais e usuários, mas também a implementação e valorização de estratégias de gestão ligadas à Educação Permanente em Saúde.

**4. CONCLUSÃO**

Com base na análise das amostras, pode-se inferir que há uma variedade de práticas de cuidado em saúde mental sendo implementadas. No entanto, observa-se que, embora usuários, profissionais e gestão reconheçam a importância da Atenção Primária à Saúde na oferta de intervenções em saúde mental, este nível de atenção frequentemente não é identificado como um serviço adequado para essa demanda, apresentando dificuldades na promoção efetiva dessas práticas. Essas impedâncias surgem a partir da percepção dos profissionais de que não estão adequadamente preparados para fornecer esse tipo de cuidado, optando por direcionar a demanda predominantemente para serviços especializados. Além das ações identificadas, incluíram-se reuniões de equipe, capacitação dos profissionais e a articulação entre a Atenção Primária à Saúde (APS) e os serviços especializados, não ultrapassando os limites físicos das instalações de atendimento, integradas a outros dispositivos sociais.

A incorporação dos cuidados em saúde mental à Atenção Primária à Saúde (APS) configura-se como um desafio e representa um processo em andamento que contraria a lógica histórica de segregação da loucura, presente ao longo de séculos. Nesse contexto, propõem-se novas abordagens para conceber e implementar práticas de saúde, visando à consolidação de uma sociedade que valoriza as singularidades e fundamentada nos princípios da cidadania.

**REFERÊNCIAS**

GUIMARÃES, D.A. *et al*. Dificudade no trabalho em saúde mental: percepção de trabalhadores do Núcleo Apoio à Saúde da Família na Macrorregião Oeste de Minas Gerais. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**. v. 33, e. 33052, p. 1-20, 2023.

GUSMÃO, R.O.M. *et al*. Atuação do enfermeiro em saúde mental na estratégia da saúde da família. **J. Health Biol Sci**. v. 10, n. 1, p. 1-6, 2022.

JORGE, M. S. B.; SOUSA, F. S. P.; FRANCO, T. B. Apoio matricial: dispositivo para resolução de casos clínicos de saúde mental na Atenção Primária à Saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**. v. 66, n. 5, p. 738-744, 2013.

MORENO, E.; MORIANA, J. A. *The treatment of mental health and psychological problems in primary care*. **Salud Mental**. v. 35, n. 4, p. 315-322, 2012.

MURICY, A.L. Implementação do cuidado em saúde mental com a abordagem das PICS na atenção primária. **Revista APS**. v. 25, n. 1, p. 70-89, 2022.

MINOZZO, F.; COSTA, I. I. Apoio matricial em saúde mental entre CAPS e Saúde da Família: trilhando caminhos possíveis. **Psico-USF**. v. 18, n. 1, p. 151-160, 2013.

NUNES, C.K. Saúde mental na atenção básica: uma rede rizomática para infância e adolescência. **REUFSM**. v. 13, . n. 8, p. 1-18, 2023.

PINTO, A. G. A. et al. Apoio matricial como dispositivo do cuidado em saúde mental na atenção primária: olhares múltiplos e dispositivos para resolubilidade. **Ciência & Saúde Coletiva**. v. 17, n. 3, p. 653-660, 2012